

ÁGUA CAINDO: AS CATARATAS DO IGUAÇU SE TORNAM PAISAGEM TURÍSTICA.

Maurício Ragagnin Pimentel
UFRGS

RESUMO: O objetivo deste artigo é o de historiar a mediação entre sociedade e meio realizada nas Cataratas do Iguaçu (Brasil/Argentina) através dos conceitos de paisagem, patrimonialização e sensibilidades estéticas. Percebemos seis etapas nesse processo: as tribos indígenas e suas lendas, a sociedade colonial, os viajantes românticos, o turismo nas décadas de 1940 a 1960, e o que denominamos de novas fronteiras dos anos 1970 ao presente (cuja análise está em curso). Provisoriamente notamos que de modo recursivo a concepção social de natureza age sobre a percepção e as emoções dos sujeitos frente aquele conjunto; que essa relação ocorre em um quadro dinâmico e contingente, com rupturas e continuidades ao longo do tempo; e que o uso e o caráter turístico que hoje é atribuído a essa paisagem não lhe devem ser atribuídos como uma condição inerente.

PALAVRAS CHAVES: História do Turismo. Paisagem. Sensibilidades estéticas.

ABSTRACT: The aim of this paper is, through the concepts of landscape, heritage activation and aesthetics sensibilities, to remark the historical process of mediation between society and environment which takes place at the Iguassu Falls (shared by Brazil and Argentina). It seems to be a six stage process: the native-americans and their legends, the colonial society, the romanticism travelers, tourism from de 1940's to 1960's, and what's called as the new borders, from 70's till today. Up to now it's noticed that the common shared notion of nature acts cyclically on the perceptions and emotions of the subjects towards that landscape set. This relation exists in a dynamic and uncertain framework, with breaks and continuities through the time lapse analyzed. Finally, it's argued that the touristic use and character which is given to this landscape set today, cannot be seen as a inherent condition to the place

KEY WORDS: Tourism history. Lanscape. Aesthetical sensibilities.

INTRODUÇÃO: PONTUAÇÕES NECESSÁRIAS ANTES DE PARTIR

Promoção



Realização



Nesse texto temos como campo de estudos uma área de limites: as Cataratas do Iguaçu, compartilhadas entre Brasil e Argentina. Essa condição limítrofe entre os Estados-nação, contudo, não será nosso principal ponto de passagem. O que gostaríamos de tratar é a relação ‘fronteiriça’ entre sociedade e meio existente sob o signo do Turismo e mediada através dos conceitos de paisagem, sensibilidade e patrimonialização. Em outras palavras, buscamos narrar o modo como o Turismo, enquanto prática cultural, estabelece uma maneira específica de relacionar-se e de valorar o meio, em especial um determinado conceito de ‘natureza’.

A paisagem é, no Ocidente, uma criação moderna (BERQUE 1995, BESSE, 2006). Esse conceito foi se constituindo historicamente, antes do Renascimento seu conteúdo estava mais vinculado ao que hoje entendemos por território (BESSE, 2006). A esse entendimento nos reportamos pela expressão germânica *Landschaft*. De acordo com Berque (1995), Paisagem diz respeito à mediação entre sociedade e meio, está imbuída de uma dimensão estética e representacional (a mesma palavra designa o fenômeno, que aparece, e a pintura ou fotografia). O autor (BERQUE, 1998) nos remete ainda a idéia de uma *paisagem matriz* – determinado gosto que informa o julgamento e que auxilia a estruturação e representação de conjuntos paisagísticos – e uma *paisagem marca* – elementos preexistentes que sofrem as modificações e (re)estruturações no espaço estimuladas pela *paisagem matriz*. Entre essas duas formas de paisagem se estabelece uma relação recursiva em que circularmente uma (retro)age sobre a outra. A noção de paisagem também implica em um recorte, uma ‘visão’ parcial, não almeja a totalidade como o conceito de espaço geográfico. Outro ponto a ressaltar é que a Paisagem é multidimensional, na sua estruturação atuam filtros de ordem social-cultural, fisiológica e individual-subjetiva. É social, mas operada hologramaticamente a partir dos sujeitos humanos. Em sendo algo social, a paisagem é complexa: complementar, concorrente, antagônica e também processual. Parece existir uma recursividade emergente. Por um lado, as mudanças ocorridas no devir do todo a sociedade alteram a mediação dessa com o meio, isto é, alteram a paisagem.

De outra parte, essa mediação e relação com o meio também retroage sobre o fazer do todo social. Emergente porque se tece a partir dos sujeitos, que em seus diversos e heterogêneos cogitos dão margem a uma compreensão do todo hologramático, sociedade.

A intencionalidade turística sobre as Cataratas do Iguaçu parece estar imbricada nesse movimento. O que gostaríamos de traçar neste momento é um breve relato dessas mudanças paisagísticas que ocorreram na área de nosso estudo ao longo do tempo, até a década de 1970, algo como a história da paisagem turística das Cataratas do Iguaçu. Temos presente que as mudanças referidas implicam em considerar o espaço como dinâmico e inter-relacional, assim não estaríamos falando aqui de um único espaço das Cataratas do Iguaçu, mas de múltiplos espaços compostos vividamente por feixes dinâmicos e inter-relacionais dos quais as Cataratas são ou foram parte. A esses distintos espaços, parecem corresponder também distintas geografias, i.é., distintos modos de se interpretar essa escrita da Terra, levando a diferentes maneiras de recursivamente relacionar-se e agir sobre ela.

ENTRE DEUSES, HERÓIS E PRINCESAS: A GEOGRAFIA MÍTICA DAS CATARATAS DO IGUAÇU.

Nosso ponto de partida são as diferentes versões que a nós chegaram das lendas indígenas que explicariam a formação das Cataratas. Como lendas, as histórias estão colocadas em um tempo cíclico, fora de um tempo cronológico, o que nos impossibilita saber desde quando elas existem e são atualizadas na oralidade e na memória daqueles povos. Existiriam há séculos? Talvez milênios? Ou seu surgimento é relativamente recente? Não sabemos até que ponto foram se transmutando na recursividade social e se novos elementos foram incorporados a partir dos contatos entre jesuítas e outros grupos étnicos distintos. Entretanto, o que nos importa é o que as lendas parecem significar enquanto mediação simbólica e como leitura de mundo existente entre a sociedade e o seu meio.

Promoção



Realização



Sucintamente, a lenda de Naipi e Tarobá conta a história de uma bela índia prometida ao deus M'boi, que provia os índios de peixe. No dia em que seria sacrificada a moça foi raptada por um guerreiro, que a levou em sua canoa descendo o rio Iguaçu. Furioso, M'boi em forma de serpente entranhou-se na terra e contorceu seu corpo, formando a grande queda d'água na qual despencou a canoa do casal. Naipi, a bela índia, foi condenada à condição de pedra e assim, a ser açoitada pelas águas do rio. Tarobá, o valente guerreiro, tornou-se palmeira, condenado a flertar a sua amada sem poder tocá-la. Algumas versões indicam que o arco-íris que se apresenta nas Cataratas em dias ensolarados é a ponte para o encontro de ambos.

A outra lenda também é a história de um casal: Í, princesa das terras de cima, e Guaçu, príncipe guerreiro das terras baixas. Conta-se que as tribos daquela região viviam em guerra, e que a união do casal teria sido arquitetada pelas divindades, Tupã e Jaci, para estabelecer a paz como um presente aos índios. No caminho de Guaçu para encontrar-se com I, contudo, esse foi atingido por uma flecha de tribos inimigas. Com um esforço sobre-humano o guerreiro encontra-se com a princesa, que o abraça consumando a união. Ao fazê-lo, o corpo de Guaçu desfalece, e I põe-se a chorar, formando com as lágrimas as Cataratas.

Em especial o que gostaríamos de ressaltar é que nestas duas narrativas parece haver ausência tanto de uma natureza tomada enquanto objeto, quanto de um juízo estético sobre essa natureza. Hoje, contudo, ambas as condições verificam-se sob a forma de paisagem turística das Cataratas do Iguaçu. A beleza, nas lendas, estava nas figuras femininas de Naipi e de I, ambas filhas de caciques. Nelas a queda d'água, ao contrário do que ocorre na atualidade, parece em certa medida apresentar um significado funesto. Na lenda de Naipi e Tarobá a Catarata é a expressão da vingança de uma entidade divina ante a desobediência da dupla. Na outra narrativa, as águas são as lágrimas de I sobre o corpo de Guaçu, e a queda é "o pranto eterno da alma indígena perante sua própria infelicidade". As tribos desperdiçaram a felicidade que os

deuses intuíaam lhes conferir. A paz se fizera, mas não sem a morte de Guaçu na guerra e o sofrimento de I. Em comum essas histórias apresentam a atribuição de um sentido que é próprio daquelas sociedades em relação aquela área. Dialogicamente, esse acidente geográfico parece falar àquelas sociedades a respeito de sua condição e destino como humanos. O espaço ainda parece agir como uma normatividade, expressão material de regras a serem obedecidas, como o respeito aos deuses e à paz.

DE OBSTÁCULO...

À mesma falha geológica é atribuído um sentido totalmente diverso pelo explorador Cabeza de Vaca, e hologramaticamente pela sociedade quinhentista espanhola a que esse pertencia. Esse, que conta-se ser o primeiro branco a relatar as quedas, lhes atribuiu uma toponímia cristã: Saltos de Santa Maria. Em sua busca pelas riquezas minerais americanas, o explorador acompanha os índios em um caminho às entranhas do continente, o Peabiru. Sua intencionalidade apreendia os rios como meios de navegação.

[...] ao irem rio Iguaçu abaixo, era tão forte a correnteza que as canoas corriam com muita fúria. Logo adiante do ponto onde haviam embarcado o rio dá uns saltos por uns penhascos enormes e a água golpeia a terra com tanta força que de muito longe se ouve o ruído.[...] Vencido aquele obstáculo, voltaram a colocar [as canoas no rio e] as conduziram por mais de meia légua[...] (CABEZA DE VACA, 1987 [1542], p. 139)

O desnível do Iguaçu, para o explorador, foi marcadamente interpretado como um obstáculo. No contexto europeu dos séculos XVI e XVII, Carvalho (2002, p.41) nos aponta que “[...] terra boa e bonita era sinônimo de terra cultivada. As áreas silvestres, montanhas e pântanos eram tidos como os símbolos vivos do que merecia ser condenado.” Em outros trechos Cabeza de Vaca (1987, p.138) narra os recursos dessa terra que parece ser ‘a mais fértil do mundo’ A natureza era apreciada segundo sua utilidade e a capacidade do homem em dominá-la. O que escapava a esse jugo, como as montanhas, por exemplo, eram ‘deformidades’, ‘verrugas’, ‘protuberâncias inaturais’ (CARVALHO, 2002). Assim, podemos intuir a naturalidade da atitude de Cabeza de Vaca ao perceber as Cataratas do Iguaçu como obstáculo. A paisagem é aqui tomada como um objeto, como recursos existentes dentro de um limite – segundo a acepção original dos termos *Landschaft*, *Landchap*, *Paese* (BESSE, 2006). Essa categoria

não havia ainda adquirido plenamente a conotação de algo passível de ser apreciado pelos sentidos e estar imbuída de um valor estético, como veremos adiante.

Uma representação da relação dessa sociedade colonial com aquele meio é apresentada no filme ‘A Missão’, que trata sobre o empreendimento jesuíta nessa porção do continente. Embora não seja uma fonte primária e sim uma (re)criação contemporânea, a película é bastante ilustrativa e condizente com nosso argumento. A fotografia das Cataratas – ou poderíamos falar dos Saltos de Santa Maria – recebe uma ênfase considerável. Embora aos espectadores do filme a paisagem pareça esteticamente impressionante, as personagens daquela sociedade retratada não se engajam do mesmo modo com aquela realidade. Os saltos apresentam-se novamente como um obstáculo. Lemos essa acepção em dois sentidos: como barreira natural entre as reduções a montante e a jusante do rio, o que estabelece inclusive certa clivagem política; e, como possibilidade de desafio da fé, cuja escalada era um meio de martírio e de sofrimento para remissão dos pecados. Novamente, percebemos as Cataratas compondo as tramas das inter-relações espaciais, entretanto, de um espaço que já não é mais aquele das comunidades indígenas. A diferença está marcada na toponímia dos Saltos própria de cada sociedade. Podemos notar ainda que além da materialidade das quedas d’água, essas tramas espaciais também são tecidas pelos simbolismos que lhe são atribuídos e que retroagem sobre as sociedades e o modo como empreendem sua relação com o meio.

Ambas as mediações, a indígena e a colonial, não nos parecem constituir uma relação paisagística. É justamente por esse motivo que as ressaltamos, por nos permitirem entrever a diferença possível ao que hoje se expressa de forma quase que naturalizada sob a forma de *paisagem turística*.

...A ESPETÁCULO.

Após a expulsão da Companhia de Jesus do continente alguns autores comentam que teria ocorrido um esvaziamento demográfico daquela porção da América. Talvez pudéssemos questionar se não fora uma (re)estruturação daquele espaço e das comunidades indígenas ali presentes na ausência do elemento jesuítico. Abdicamos essa discussão aos historiadores. Nosso foco, neste momento, é a sociedade e o espaço que vai ali se estruturar no final do século XIX e início do XX com a retomada da ocupação branca, que agora passa a compor um espaço fronteiro entre Brasil, Argentina e Paraguai. É aí, no que poderíamos chamar de uma terceira tessitura espacial, que encontramos relatos que remetem a novas sensibilidades frente

à natureza, e ao que parece ser uma mediação explicitamente paisagística das Cataratas do Iguaçu.

Era uma região de difícil acesso, cuja principal conexão se dava através do rio Paraná, partindo da Argentina. O interesse econômico que, em parte, presidia o empenho em sua ocupação residia na exploração da madeira e da erva-mate. Os fluxos de abastecimento e de escoamento da produção da região vinculavam-na sobremaneira ao espaço platino. Assim, com preocupações políticas sobre aquela área fronteiriça, o Estado Brasileiro estabelece ali um posto militar avançado em 1886, embrião da cidade de Foz do Iguaçu. Ambrosetti, que visita a área em uma expedição financiada pelo Museo de La Plata, em acesso pela margem brasileira, relata que até 1894 a Argentina não havia instalado ali nenhuma estrutura representando aquele Estado, e expressamente advoga as razões pelas quais seu país deveria ter mais apreço à região. Quase dez anos mais tarde, Silveira Netto (1939), brasileiro que visitou a região em 1905, nos conta da maior facilidade de acesso às quedas a partir da estrutura criada no lado argentino. Carrão (1928), médico de Curitiba, relata que na década de vinte era impossível se acessar Foz do Iguaçu pelo Brasil, tendo aí ingressado a partir de uma embarcação Argentina, não obstante, comente no Brasil havia um hotel com vista panorâmica para os Saltos.

A esse novo quadro espacial da região – de área fronteiriça e de interesse militar; de matas preservadas que despertam interesse científico e colonizador; da restrição do turismo a uma pequena elite que disponibilizava dos recursos e do tempo para engajar-se nessa prática – comunicam-se novas sensibilidades frente a natureza, surgidas no Ocidente entre os séculos XVIII e XIX. Tais sensibilidades encontram expressão no romantismo, na valorização do *'wilderness'* e notadamente no que Löfgren (1999) denomina de Pitoresco e de Sublime. Há um caráter de valorização estética em torno do selvagem, do que não é cultivado pelo homem, submetido à sua ordem ou intervenção (CARVALHO, 2002). Ao contrário da natureza como algo a ser dominado, ou como lugar de leis racionais e regulares, o que vemos no signo do romantismo é uma idealização da natureza como fonte de beleza e verdade, como um espaço da liberdade, da espontaneidade, da criatividade que desperta nos sujeitos uma profusão de sentidos e de sentimentos.

Essa natureza passa a ser objeto de pinturas e da jardinagem, ambas se constituindo em artes em que se isolam elementos na busca por representar o que nela há de melhor, ou de *pittoresco* – do italiano, o que merece ser pintado. Ao invés de uma representação fidedigna da paisagem fenomênica, eles produziam uma versão

segundo cânones de uma paisagem artística, agregando elementos imaginários quando necessário. Essa matriz estética é que vai servir de bússola e colocar em movimento os primeiros turistas em sua caça por isolar atmosferas e paisagens que despertassem seus sentidos (LÖFGREN, 1999). A saturação e padronização das cenas idílicas do ‘pitoresco’, de sua harmonia e tranqüilidade pastoris, pouco a pouco contribuíram para despertar o desejo turístico por novidades. A busca por novas experiências ativam o culto ao ‘sublime’, o anseio pelo selvagem e pelo surpreendente. Sua pauta são as estranhezas da natureza, aquilo que surpreende a alma e cria sentimentos contraditórios, repulsão e fascínio. “O sublime não se refere somente ao majestoso ou ao grandioso, mas também ao que é assustador ou incute temor, à presença de forças superiores frente as do homem, sejam essas demoníacas ou divinas” (LÖFGREN, 1999, p.28). As paisagens que mais condiziam à busca pelo sublime eram as cascatas (LÖFGREN, 1999), pois envolviam muitos sentidos: as cores e texturas das rochas, cinestesia da neblina que subia e o ruído das águas.

É sob essa sensibilidade institucionalizada do culto ao sublime que lemos os relatos de nossos três informantes: Ambrosetti (1894); Silveira Netto (1939) [fez sua viagem em 1905]; e Carrão (1928). A forma como relatam seu encontro com as quedas do Iguaçu demonstram sua identificação com essa matriz de apreciação estética da natureza, assim como está marcado seu caráter paisagístico ao buscar representar aquilo que designam como um ‘quadro’. A seguir reproduzimos um trecho de Ambrosetti. Os outros autores seguem-lhe o tom e por isso escolhemos não enunciá-los aqui. Gostaríamos de chamar a atenção do leitor para a diferença em relação à descrição dada por Cabeza de Vaca para o mesmo acidente geográfico.

¡¡Obra magna de la Naturaleza americana, conjunto incomparable de belleza, cuadro imponente de majestad salvaje, te saludo entusiasmado como hijo de esta América que te posee en seno!! Los acordes de la lira del poeta se apagan ante tus horrendos bramidos; los pinceles de artista no encontrarán en la paleta los tintes para copiar tus magníficas iridescencias; la pluma del escritor se quiebra en un movimiento de desesperada impotencia al quererte describir y hasta la fiel fotografía al transportar tus soberbios contornos, te presentará frío, sin tu inmenso movimiento, el estampido de tus aguas y la brillantéz glorioso de tus bellísimos arco iris! El estupor, la admiración, el terror y la alegría indescriptible pasan sucediéndose por uno que mira, admira observa y contempla aquella masa enorme de agua [...] mientras se escucha aterrado el formidable ruido [...], en medio aquel éxtasis fascinador que no

termina. Un religioso pavor infunde la contemplación de esa espantosa caldera formada [...] (AMBROSETTI, 1894, p.128)

O autor segue em a sua descrição até desistir, pois:

[...] todo ese conjunto terrorífico y sublime de bella inmensidad, lo impiden, sobreponiéndose á todo esfuerzo intelectual (AMBROSETTI, 1894, p.129).

Em seu relato está o torvelinho de emoções contraditórias, a ode ao selvagem em uma natureza com letra maiúscula, a vontade de representação artística da paisagem, todos elementos que configuram a sensibilidade do sublime. Entretanto, paralela a essa representação que Ambrosetti (1894) nos apresenta está uma razão instrumental, quando aponta para viabilidade do uso do rio para geração de energia elétrica, e para instalação de um entreposto que possibilite o desenvolvimento do Turismo pelo seu país. Há uma dialógica de êxtase contemplativo e ímpeto civilizador. Em certa medida, sua atitude condiz com o recorrente desejo dos turistas contemporâneos que entrevistamos: ao pretender que mais pessoas compartilhassem daquela 'beleza'. Esse é um dos principais sentidos atribuídos ao atual ato de fotografar as quedas, mostrá-las para os amigos, e incentivá-los a desfrutar por si daquela experiência que julgam ímpar¹.

Contemporaneamente seu relato emocionado pode nos parecer um tanto quanto exagerado. Questionamo-nos o porquê dessa impressão. Talvez seja devido ao próprio sujeito, um cientista de tipo emotivo; talvez pelo romantismo de sua época; talvez sua exaltação venha como recompensa pelo esforço de dias de caminhada e acampamento em meio a selva – dita 'infernal' – e que hoje é de fácil acesso; ou talvez pelo processo pelo qual 'esse selvagem' tornou-se patrimônio, suas vistas foram institucionalizadas e não nos causam mais tamanho impacto.

A FRONTEIRA DO TURISMO

¹ Conforme entrevistas feitas com visitantes de ambos Parques Nacionais do Iguaçu/*del Iguazú* em junho de 2009.

Já no século XIX, quando essa busca pelo *'wilderness'* aflora vem acompanhada da discussão: a quem pertence o selvagem? A prática do turismo nessas áreas ocorria sobremaneira em nações de certa forma periféricas ao núcleo cultural europeu, em regiões Ocidentais que, na falta de dispositivos culturais, evocaram isso que viria a ser o *'patrimônio'* natural, como por exemplo: Alpes, Escandinávia, América. Logo essas paisagens prestaram-se também a outro fim, o de auxiliar na formação de uma iconografia – sentimento que une os indivíduos a um território – dessas nações, e assim ao interesse no sublime foi vinculado um componente patriótico. O selvagem era fonte de orgulho nacional. É nesse contexto que surge a proposta da criação de uma nova entidade, o Parque Nacional. O pioneiro foi Yellowstone, 1872, nos EUA. A idéia era a conservação daquele espaço tido agora como um patrimônio da nação norte-americana, para o gozo de seus cidadãos, em um contato marcado por uma comunhão com o espírito nacional (LÖFGREN, 1999). Silveira Netto (1939) ao reapresentar os argumentos em prol da criação de um Parque Nacional no Iguaçu ressalta o modelo americano, e o patriotismo envolvido na visita de sítios como Niágara, Yellowstone, Hudson. A proteção e divulgação daquela paisagem praticamente desconhecida do público brasileiro são colocadas em termos de um dever nacional.

Entretanto, como ressalta Löfgren (1999), a nacionalização da paisagem não foi um processo homogêneo. As Cataratas do Iguaçu, nesse sentido, apresenta algumas particularidades interessantes por se tratar de uma área limítrofe entre duas nações, podemos notar como o mesmo acidente geográfico é inserido em processos distintos.

Nesse momento textual parece-nos importante resgatar a noção de *'patrimonialização'*, proposta por Almirón, Bertoncetto & Troncoso (2006). Eles apontam o patrimônio como sendo não como algo passivamente herdado, mas como um conjunto selecionado para o qual essa atribuição patrimonial é ativada, ou não. Isso ocorre em processo de relações de poder, de sujeitos intencionados que propõem atribuir a um determinado elemento o caráter de patrimônio, e assim a legitimação de

uma identidade coletiva, aparentemente consensuada e naturalizada. Hoje, as Cataratas do Iguaçu além de um conjunto de quedas d'água são um elemento marcante da identidade Iguaçuense, Misionera, e, porque não dizer, brasileira e argentina. Suas representações estão presentes em brasões de Estado; em prédios públicos; estabelecimentos comerciais; *outdoors*; produtos variados, de erva-mate a camisetas; em cartões-postais... Seria possível, hoje, negar-se a importância de se preservar tal conjunto – reconhecido pela Unesco como patrimônio da Humanidade? As Sete Quedas de Guaíra, que foi a maior queda d'água do mundo em volume, não tiveram o mesmo destino. As verdades e os valores são mutantes, biodegradáveis, processuais, concorrentes e convergentes...

No ano de 1876, um Engenheiro do Império, o abolicionista André Rebouças já havia proposto a criação de um Parque Nacional no Iguaçu, nos moldes de Yellowstone, novidade para o mundo. Segundo ele, seria importante divulgar a beleza da nação no exterior, influenciaria na atração de imigrantes europeus, em especial de cientistas de alto nível de formação (CURY, 2003; CARRÃO, 1928). Seus argumentos foram repetidos por Silveira Netto (1939). Edmundo Barros, sujeito importante quando do estabelecimento da Colônia Militar do Iguaçu, no século XIX, também recomendou a criação de um Parque Nacional, e foi além, mapeando e nomeando os principais Saltos (AMBROSETTI, 1894; CAMARGO, 1928). A toponímia proposta marca homenagem a próceres nacionais de ambas as nações, o que por um lado, reflete sua condição fronteiriça, mas que também ressalta o patriotismo presente na contemplação da natureza a essa época.

A exaltação da paisagem como símbolo nacional, no entanto, está, em certa medida, subordinada ao processo de patrimonialização, e assim inserida em uma teia de interesses, tensionada por relações de poder. Naquele momento faltou a força necessária para acionar as Cataratas do Iguaçu como patrimônio.

[...] na história do Brasil, ao que parece, predominou uma preocupação de caráter mais político e *desenvolvimentista* do que propriamente estética, diferenciando-se da ênfase naturalista das

novas sensibilidades que davam o tom ao ambientalismo desse mesmo período nos Estados Unidos e na Europa (CARVALHO, 2002, p.62)

Assim, de modo indiferente, as quedas continuaram sob a jurisdição privada de um fazendeiro estrangeiro. É apenas com a intervenção direta do ilustre, Santos Dumont, em 1916, que o Estado desapropria aquela área. Em termos concretos de acessibilidade e apropriação da área como um bem público, todavia, essa importante medida não foi mais que uma virtualidade emitida de um centro de poder longínquo. Se havia uma paisagem matriz, uma concepção valorizava e direcionava esteticamente a apreensão daquele conjunto, uma paisagem marca, i.é., as transformações para instalação de uma estrutura de acesso e apoio que viabilizassem a contemplação do ‘espetáculo’, era incipiente.

Segundo entrevista com Elfrida Engel Nunes Rios (1997), o patrono da aviação hospedou-se no Hotel Brasil, que funcionava em um edifício de madeira, na rua principal de Foz do Iguaçu, tinha capacidade para alojar 14 pessoas e que foi inaugurado em novembro de 1915 por seu pai, Frederico Engel. Foi Engel quem, mediante autorização do proprietário das terras onde estavam as Cataratas, abriu uma picada dando acesso às quedas e quem transformou um casarão abandonado das redondezas em um hotel – o primeiro Hotel das Cataratas, com seis leitos, e que segundo conta sua filha jamais foi totalmente ocupado. A trilha aberta na mata virgem, a foice e traçador, tinha 18 km, e era percorrida a cavalo, ou em charrete. Em dias secos o percurso se fazia em quatro horas, nos chuvosos, em não menos de seis. Conta-se que durante uma cheia do Iguaçu muitas toras, vindas de uma serraria, a montante, foram arrastadas até ali, ficando presas entre as pedras do Salto Floriano. Nesta oportunidade, Dumont, em sua ânsia por visualizar melhor a paisagem, andou sobre as toras e “lentamente equilibrou-se entre o céu e o abismo sem medir as conseqüências nem se preocupar com o tempo. Cruzou os braços e permaneceu de pé contemplando a Garganta do Diabo. Ficou ali a saborear a beleza imensa” (RIOS, 1997). O comportamento arriscado do aviador, respondia a mesma matriz que levou à

construção de passarelas de concreto e aço sobre o mesmo local – *paisagem marca*. O seu ímpeto é, de certo modo, recursivamente reproduzido pelos turistas contemporâneos que se debruçam para contemplar e fotografar desde ali o mais potente salto das Cataratas do Iguaçu.

A fronteira existente não era apenas o limite entre Brasil e Argentina marcado pelo rio Iguaçu. Podemos falar ainda de uma concepção turneriana de fronteira, como franja de ocupação ‘civilizacional’. É também uma fronteira do turismo: de um lado, uma prática limitada a uma minoria com tempo e renda disponíveis; mas também um propulsor de sonhos e da vontade de conhecer alhures, nem que custasse aos sujeitos individuais sujeitar-se a perigos e assumir a tarefa de erigir acessos, ofertar hospitalidade, divulgar e construir imaginários sobre o que viriam a ser atrativos turísticos. Amiúde verificamos em certas historiografias do turismo, o seu florescer devido à uma atratividade inerente, ou seu progresso como efeito de uma marcha automática do melhoramento da tecnologia de transportes. Gostaríamos de deixar bem explicitado que não compartilhamos desses pontos de vista. Que o turismo como prática e construção social exige o engajamento ativo dos sujeitos que tecem sua complexidade contingente. Talvez um local privilegiado para apreender essa contingência seja justamente a fronteira. Assim, questionamos como foi esse processo de iniciação do Turismo na outra margem do Iguaçu?

Assim como no Brasil o turismo começou ali desde a iniciativa de particulares. A área das Cataratas do Iguaçu também era de propriedade privada no país vizinho, característica atribuída desde a distante Corrientes para aquele que era então um ‘espaço vazio’ a ser colonizado – em especial a partir da exploração de madeira e ervamate.

A principal forma de acesso à região, antes das estradas de rodagem, era o rio Paraná, de modo que as conexões daquele território vinculavam-no de modo mais forte com o espaço platino. Eram em grande parte argentinas as empresas que realizavam a cabotagem no rio Paraná, e que logo nos primeiros anos do século XX, em

associação com autoridades locais, incentivaram excursões desde Posadas e Buenos Aires para ver os Saltos. Embora algumas dessas expedições tenham fracassado devido às dificuldades de acesso ao sítio, foram importantes para estimular os primeiros investimentos, tanto privados quanto públicos, que possibilitaram o turismo nas Cataratas.

Distintamente da margem brasileira, o Turismo parece ter sido mais decisivo no desenvolvimento do núcleo populacional argentino, tanto em sua formação quanto como fator de estímulo à instalação de benfeitorias. Apesar de no começo do século a estrutura de visitação já estar instalada na Argentina, as terras das Cataratas só seriam tornadas públicas no ano de 1928, em um processo que parte do governo central, não da Unidade Federada como no Brasil, até porque Misiones como província tardou em existir. Adquiridas, as terras foram concessionadas à iniciativa privada, que se encarrega da administração dos serviços, como hotel e acessos. Com a fundação do Departamento de Parques Nacionais, em 1934, Iguazú é criado e plenamente incorporado no ano seguinte, tornando-se o segundo equipamento do gênero no país. É interessante destacar o contexto político de criação. Semelhante ao Parque na margem brasileira sua criação também provém de um governo autoritário.

Existía, por cierto, una conducción autoritaria del Estado Nacional [argentino], con una visión orientada a consolidar las zonas de frontera con el desarrollo de obras públicas.[...] Se otorgó gran importancia al desarrollo turístico, orientado en las primeras épocas a turistas de alta clase e internacionales. La propia ley de creación [do Departamento de Parques Nacionales] refería la necesidad de construir obra de equipamiento e infraestructura, orientada al turismo y a la defensa nacional en las zonas de frontera (FRAGAS, 2007, p.16)

Assim, a criação do Parque Nacional Iguazú impulsionou uma série de investimentos públicos, a construção de edifícios e o povoamento daquela área. No caso brasileiro, depois da criação do Parque Nacional do Iguaçu em 1939, foi realizado o calçamento da estrada que dava acesso às Cataratas. Entretanto, a região seguia

relativamente isolada do resto do país, sendo que os visitantes ou ingressavam pela argentina, ou por via aérea na pequena pista de pouso existente.

TURISMO, PESCA E PIQUENIQUES

Além dos poucos estrangeiros, as Cataratas eram visitadas pela população local, que tinha o hábito de ali passar os domingos, realizar piqueniques e banhar-se no rio Iguaçu (AGNESE, 1997) – conforme atestam as fotos da exposição memória das Cataratas, em mostra permanente no Parque brasileiro.

Realizamos também uma busca por guias de viagem antigos que sugerissem o passeio às Cataratas do Iguaçu. Encontramos três publicações de meados da década de 1940 e 1950, todas provenientes da Argentina. No caso brasileiro, nos deparamos apenas com uma publicação de 1964, que apesar de citar as Cataratas como um lugar digno de visita, tem o seu foco em outros roteiros nacionais, centrados principalmente nas capitais de Estado.

Nessas publicações platinas corrobora-se o turismo como elemento de construção de um sentimento de nação e de certo patriotismo, o que não parece ter ocorrido, ao menos não de modo tão acentuado, no Brasil. Nessa construção celebram-se os Parques Nacionais, paisagens símbolo da beleza, imensidão e prodigalidade da natureza Argentina, cuja celebração é possível nesses locais que o Estado reservou aos visitantes.

Ao analisarmos esses guias de viagem percebemos duas características que os diferenciam de seus congêneres atuais, e que para nós são uma janela do modo como se estabelecia essa mediação entre turistas e Cataratas do Iguaçu àquela época.

O primeiro aspecto que prende a atenção é a riqueza de detalhes, tanto das descrições dos passeios e de informações interpretativas, quanto de recomendações úteis, como pontos de descanso, distâncias e precauções a serem tomadas. Poderíamos tecer algumas hipóteses sobre o porquê disso: seria reflexo de uma época em que a prática do turismo não era tão difundida, em que havia menos estruturas de

apoio, o acesso às informações não era tão fácil, a decisão de viajar implicava em desconectar-se do local de origem de um modo mais incisivo e por um tempo mais prolongado do que hodiernamente? Seria pelo fato desses turistas de ‘tempo lento’ saborearem mais as suas viagens, apreciando informações que lhes agregassem conhecimento e possibilitassem outro olhar sobre o local visitado? Seria porque esses guias argentinos eram voltados não apenas para aqueles que partiam, mas também serviriam como um instrumento de divulgação da cultura e da natureza de outras regiões do país mesmo para quem não viajasse? O que desperta nosso interesse nessas questões não é ânsia por respondê-las, mas a reflexão que possibilita sobre a mudança da mediação entre turista e paisagem que possa ter ocorrido nesses últimos cinqüenta anos. Será que hoje essas informações estão apenas mais dispersas, ou será que o turista contemporâneo as ignora? Ou não vê interesse em buscá-las, talvez? Haveria mudado o sentido e o significado pessoal da prática de visitação, hoje mais centrada no ato de fotografar e de ver o máximo no mínimo de tempo possível? Seria isso resultado da massificação turística? O resultado de políticas voltadas para incrementar a quantidade de visitantes e não o conteúdo da visita? Ou, ao contrário, seria apenas o declínio do interesse de cultivar um sentimento de nação através do turismo? Há uma questão que antecede a todas essas nossas inquietações e que no momento não temos elementos para responder: os viajantes daquela época utilizavam de fato esses guias? Porque contemporaneamente temos observado, que é rara presença desses livros na companhia dos visitantes das Cataratas do Iguaçu.

De outra parte, além dessa relação dos livros e do turismo de então, com os do presente, um segundo elemento que nos instiga, é sua semelhança e diferença em relação aos relatos anteriores, daqueles nossos informantes do começo do século. Os guias de viagem que analisamos, apresentam claramente os marcos de sensibilidade ante a natureza referida anteriormente. *‘Vista de la Garganta del Diablo [...] la caída de sus aguas brinda un espectáculo de sublimidad inolvidable’*(MOREY, 1955, p.528); *‘Salto Chico:[...] és muy pintoresco y está rodeado por una rica vegetación, atrayente*

por sus pájaros y mariposas regionales' (MOREY, 1955, plano 7) [grifos meus]. A diferenciação entre os gêneros do pitoresco e do sublime é claramente identificada nesses dois Saltos, o que demonstra o vínculo e a continuidade em relação às formas de valorização estética da natureza surgidas no século XIX, no Ocidente. Adjetivos como espetáculo, maravilha, vertiginoso, imensa beleza são atribuídos ao que é visto como um conjunto, um quadro estético formado pela paisagem das Cataratas do Iguaçu. Assim como segue a exaltação do efeito emocional que a apreciação das quedas desperta: *"No puede existir espíritu humano inaccesible al embargo de suma emoción que suscita la visión de estas cataratas"* (ACA, p.213). Entretanto, essas descrições apresentam-se não com a exaltação e a surpresa de quem vê o panorama descortinar-se pela primeira vez, mas inseridas e diluídas em um texto descritivo dos trajetos e caminhos que indicam aos outros visitantes como chegar aos locais que permitem essas sensações.

Nessa continuidade, em um movimento rumo a uma institucionalização da paisagem das Cataratas do Iguaçu – ligadas às sensibilidades do sublime e do pitoresco – assistimos também a ênfase na apreciação da paisagem fenomênica, do espetáculo *ao vivo*. É ressaltada a dimensão do que Dardel (1986) denomina como geograficidade, do experienciar o espaço geográfico em ato, do 'estar-ali' e realizar uma vivência autônoma naquele ambiente. O contato vivido com o espaço é que permitiria todas essas possíveis emoções. Já Ambrosetti (1894) colocava sua incapacidade em representar aquela paisagem. O mesmo, pontuam essas publicações da década 1950, e assim também dizem os turistas que entrevistamos em junho de 2009: 'estar aqui é completamente diferente de qualquer fotografia, ou filme, não há comparação'. Nos três momentos a causa dessa pontuada distinção são os múltiplos sentidos que as quedas despertam e que vão além da visão, abarcando os ruídos 'ensurdecadores', a cinestesia do sentir respingos d'água, a noção de conjunto e de proporção das Cataratas que só uma visita *in loco* permite, para citar alguns. O despertar dos sentidos que é valorizado pela sensibilidade do sublime.

Porém, o estar-ali não é justificado apenas pelos sentidos e sentimentos evocados. Com a criação das infra-estruturas de visitação, outras atividades passam a ser propostas e outros turistas além de ‘exploradores’ ou ‘aventureiros’ tem a possibilidade de desfrutar daquele espaço. Já mencionamos o piquenique, prática inserida em um contexto de lazer e de estreitamento das relações sociais com os mais próximos, em especial a família. Nesse mesmo intuito está o banho no rio Iguaçu, proibido desde os anos 1970 (no Brasil, conforme legenda da Exposição Memória das Cataratas). Ademais, os Guias da metade do século XX além das excursões aos saltos propõem: *“Y para quien busque actividad, encontrarala en la pesca de dorados [...] y muchas otras variedades [...] La fauna del Iguazú es sumamente rica [...] despierta el entusiasmo de los intrépidos cazadores[...].”*(MOREY, 1955, p.524). A publicação oficial do Departamento de Parques Nacionales, Visión de Argentina (1950), também sugere a caça e a pesca como uma atividade que encontram no Iguazú um lugar privilegiado para sua prática. Novamente aí a dialógica da natureza que domina (os sentidos) e aquela sobre a qual o homem busca exercer o seu domínio.

O DESPERTAR DE OUTRAS FRONTEIRAS: AMBIENTALISMO, PATRIMÔNIO MUNDIAL, CONCESSÕES, NOVAS PRÁTICAS TURÍSTICAS

Os anos 1970 marcariam o início de uma nova fase no pensamento e na sensibilidade Ocidental frente à natureza (CARVALHO, 2002). Na esteira dos movimentos de contracultura dos anos 60 nasce o ambientalismo, que posteriormente se apresenta de modo mais central. A natureza adquire direitos. A preservação de áreas como o Iguaçu, motivadas inicialmente pela manutenção de sua beleza cênica e de seus recursos, é agora vista também como respeito à existência de outras espécies, ainda que restrita. A caça e a pesca são substituídas por Centro de Recepção de Visitantes, que teriam por objetivo informar, educar e fornecer subsídios para uma aprendizagem e reflexão sobre a condição do ambiente e de nossa relação com ele enquanto sociedade. Reflexão essa que passa por uma revalorização das lendas indígenas de formação das Cataratas.

Promoção



Realização



Ainda nesse movimento encontramos o estatuto de Patrimônio Mundial da Humanidade atribuído aos dois Parques na década de 1980, o que parece ter suscitado novas disputas em um renovado quadro de interesses, valores e poder. Entre as mudanças daí decorridas estão: a forma de gestão do turismo nos Parques – com plano de manejo e concessionada à iniciativa privada –; um aumento significativo do número de visitantes – conjuntamente recebem cerca de dois milhões de visitantes por ano –; a prática de novas modalidades de atividades turísticas – em especial ligadas à observação da natureza e ao ‘turismo de aventura’; e o princípio de uma busca pela promoção integrada de ambos os Parques Nacionais.

Esses elementos dizem respeito também a outra fronteira: a dessa pesquisa, que, em andamento, continua seu curso, na busca por entendimentos que são sempre provisórios. Esperamos com esse trabalho ter contribuído no sentido de estimular uma compreensão mais ampla do turismo, inserida em um quadro dinâmico, com continuidades e rupturas, solidariedades e contradições; subordinações e contingências. Um quadro complexo, como a própria fronteira.

REFERÊNCIAS:

ABRIL. **Guia Quatro Rodas do Brasil**. São Paulo, Abril, 1965.

ADMINISTRACIÓN de Parque Nacionales y Turismo. **Vision de Argentina**. Buenos Aires, APNT, 1950.

AGNESE. In: CAMPANA, Sílvio; ALENCAR, Francisco. **Retratos: Foz do Iguaçu**. Foz do Iguaçu, PMFI, 1997.

ALMIRÓN, BERTONCELLO & TRONCOSO. **Turismo, patrimonio y territorio. Una discusión de sus relaciones a partir de casos de Argentina**. Estudios y perspectivas en turismo, Buenos Aires, V.16, n.2, 2006. [também disponível em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?pid=S1851-17322006000200001&script=sci_arttext].

AMBROSETTI, J. **Segundo Viage a Misiones (por el Alto Paraná e Iguazú)**. Buenos Aires, Instituto Geográfico Argentino, 1894.

AUTOMOVIL CLUB ARGENTINO. **Guia de Viaje: Zona Nordeste**. Buenos Aires, ACA, 1946.

Promoção



Realização



- BERQUE, A. ***Les raison du paysage: de la Chine antique aux environnements de synthèse.*** Paris, Ed. Házan, 1995.
- _____. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: Elementos da Problemática para uma Geografia Cultural. In: CORRÊA, R. L. e ROZENDAHL, Z. (orgs.) **Paisagem, Tempo e Cultura.** Rio de Janeiro, EDUERJ, 1998.
- BESSE, J. **Ver a Terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia.** São Paulo, Perspectiva, 2006.
- CABEZA DE VACA. **Naufrágios.** In: Os Conquistadores. Porto Alegre, L&PM, 1987.
- CARRÃO, M. **Impressões de viagem à Foz do Iguassú e rio Paraná.** Curitiba, 1928.
- CARVALHO, I.C. **A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil.** Porto Alegre, Ed. UFRGS, 2002.
- CURY, M.J.F. **Visitação em áreas naturais protegidas: estudo comparado dos Parques Nacionais del Iguazú e do Iguaçu.** São Paulo, 2003 [Dissertação de Mestrado ECA-USP].
- DARDEL, E. **L'Uomo e la Terra: Natura della realtà geografica.** Milão, Unicopli, 1986.
- FRAGAS, J.A. **Parques Nacionales: la razón de mi pasión.** Buenos Aires, APN, 2007.
- LÖFGREN, O. **Storie delle Vacanze.** Milão, Bruno Mondadori, 1999.
- MOREY, A. **Guia Argentina de Turismo.** Buenos Aires, 1955.
- RIOS, E.E. In: CAMPANA, Sílvio; ALENCAR, Francisco. **Retratos: Foz do Iguaçu.** Foz do Iguaçu, PMFI, 1997.
- SALVO, R.; ZAMBONI, O. **Mitos e Lendas: uma viagem pela região guarani. Antologia.** Posadas, Ed. UNAM, 2005.
- SILVEIRA NETTO. **Do Guairá aos saltos do Iguassú.** Rio de Janeiro, Cia. Editora. Nacional, 1939.